

O Movimento

A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência.

Michel Misse*

Designa-se por *movimento*, no Rio de Janeiro, o mercado informal ilegal de drogas (principalmente maconha e cocaína) que se espalha, no varejo, nas aglomerações urbanas de baixa renda (favelas, conjuntos habitacionais de baixa renda e bairros de periferia). O movimento, já com esse nome, remonta aos anos 60, mas o varejo da maconha nos morros do Rio recua até muito antes (Misse, 1999).

O que caracteriza o movimento e o distingue do varejo de drogas em outras cidades brasileiras é sua relativa organização local, suas pretensões proto-políticas, sua capacidade de reorganizar-se localmente e, principalmente, de constituir redes horizontais de proteção mútua. À diferença do varejo de drogas em grandes cidades de outros países, o movimento não se subordina diretamente nem aos grandes atacadistas nem a organizações verticais de base familística ou patrimonialista, como as máfias. Embora sua organização local tenha, muitas vezes, uma base familiar nas posições-chave do varejo, ela raramente ultrapassa o “dono” ou o “gerente geral” do negócio. Por outro lado, a organização das redes é mais fragmentada e vulnerável do que muitas vezes se pensa. Como, então, foi possível uma tão grande acumulação de grupos e redes no Rio de Janeiro nas últimas três décadas, sem que esse crescimento pudesse ser remetido à subordinação do *movimento* a grupos estratégicos do crime organizado (máfias, cartéis, etc)? O volume de violência que se associa a esse mercado, muito maior que o de outras grandes cidades de outros países, também precisaria ser explicado, já que os efeitos de violência do mercado ilegal de drogas não são os mesmos em toda parte.

* Mestre e Doutor em Sociologia (IUPERJ). Professor do Departamento de Sociologia da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS-UFRJ. Autor, entre outros trabalhos, de *Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro* (1999). E-mail: misse@ifcs.ufrj.br

Pretendo abordar essa questão, neste trabalho, propondo três níveis de argumentação: o primeiro é histórico e se refere à constituição e acumulação das redes; o segundo, mais antropológico ou micro-sociológico, trata da questão da oferta de jovens para trabalhar nesse mercado e a relação do tráfico com as comunidades locais; o terceiro, sociológico, propõe uma explicação baseada na sobreposição de dois mercados diferentes de bens ilícitos.

A constituição das redes do movimento

Até que o movimento se transformasse no principal foco de interesse da segurança pública no Rio de Janeiro, o “jogo do bicho” foi o mercado ilícito mais importante, tradicional e poderoso, o que mais se aproximou de uma organização de tipo mafioso. Sua capacidade de atração de força de trabalho proveniente do “submundo” criminal sempre foi grande e sua força política cresceu durante o regime militar (1964-1985), assim como sua relação com a polícia, razão de muitos escândalos públicos. A estrutura desse mercado, inicialmente fragmentada, alcançou o estágio de territorialização (divisão da cidade em “áreas” oligopolizadas por um “banqueiro”) ainda nos anos 50, mas permaneceu sem uma coordenação geral até que se constituísse a chamada “cúpula” do jogo do bicho, por volta de 1980. A concorrência dos sorteios federais e estaduais (“loteria esportiva”, “sena”, “raspadinhas”, etc), a partir de meados dos anos 70, fez declinar a demanda, mantendo-a atualmente num patamar bem mais baixo que o existente até então e enfraquecendo a posição dos “bicheiros”. O “jogo do bicho” é atualmente tolerado, mas perdeu a centralidade da atenção pública para o tráfico de drogas desde meados dos anos 80. Os efeitos de violência do “jogo do bicho” foram grandes durante a década de 50 e 60, mas declinaram sensivelmente após a organização da “cúpula”, ainda que eventualmente se manifestem.¹

O mercado de drogas, até meados dos anos 60, concentrava-se principalmente no varejo da maconha, consumida principalmente nas franjas do “submundo” criminal pelos que eram rotulados de “maconheiros”: zonas de prostituição, cais do porto, quadrilhas de

¹ O assassinato, há dois anos, de Paulinho de Andrade, um dos herdeiros do principal “bicheiro” da cúpula, Castor de Andrade, falecido pouco tempo antes do filho, é um exemplo (entre outros, mais recentes) da continuidade das soluções violentas nos conflitos internos ao mundo do jogo do bicho.

assaltantes residentes em favelas, detentos de penitenciárias, toda uma gente que era representada socialmente como formada por “malandros” e “marginais”. A partir de meados dos anos 60, o perfil dos consumidores começa a se modificar com o crescente interesse (interpretado então como “contra-cultura”) de jovens artistas, intelectuais e de universitários de classe média com os efeitos de alteração da consciência e de ritualização do consumo em pequenos grupos que a maconha proporciona (Velho, 1975). A cocaína, que sempre foi consumida (embora em muito pequena escala) nas elites, continuava cara e de acesso mais difícil até meados dos anos 70 e seu consumo nas áreas de baixa renda continuava eventual e numa escala bem menor que o consumo da maconha.

Não foi a demanda, mas a enorme oferta e a redução dos preços a varejo, o principal responsável pela crescente substituição da maconha pela cocaína no varejo das áreas de baixa renda da cidade, a partir do final dos anos 70. O aumento da oferta deveu-se à consolidação das rotas do tráfico internacional da Bolívia e do Paraguai, através dos aeroportos do Paraná, de São Paulo e do Rio de Janeiro, com destino à Europa, consolidação que se deu a partir da entrada da Colômbia na produção (e não mais apenas na distribuição) de cocaína e do incremento da tradicional produção peruana. Inicialmente “pedaços” das partidas internacionais, a oferta a baixos preços terminou por alimentar um novo mercado consumidor no eixo Rio-São Paulo, para o qual novos agentes atacadistas se especializaram em prover regularmente. As redes de varejo, constituídas no comércio da maconha, e cuja lucratividade era relativamente baixa, ganharam o interesse de atacadistas e intermediários da oferta de cocaína. Foi sobre essa base, já montada, mas ainda não constituída em redes, que a cocaína chegou às favelas e outras áreas pobres, a um preço acessível e ainda sem maiores complicações com a polícia. A capitalização dos primeiros grandes “donos”, no entanto, não foi gerada pelo comércio de maconha. Ela veio dos assaltos a bancos e outras instituições financeiras, incrementados durante os anos 70.

Durante toda a década de 70, em pleno regime militar, sob o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional, os assaltantes transitaram do roubo avulso de veículos, a postos de gasolina, a caminhões transportadores de gás e outras mercadorias e às tesourarias de empresas médias nos dias de pagamento a seus funcionários (que crescera significativamente durante a década de 60), para o roubo de bancos, carros fortes e grandes empresas. É verdade que houve um “efeito-demonstração” da guerrilha urbana, que

influenciou essa transição, mas a tendência dessa passagem no crime comum já era detectável desde o início dos anos 60. De resto, o perfil social do assaltante de bancos já não era o mesmo dos “malandros” e “marginais” do passado: muitos eram casados, com filhos, possuíam primeiro grau ou segundo grau incompleto e não poucos tinham formação religiosa mais rígida.

Também sob a influência da guerrilha urbana, agora através do contato intermitente com presos políticos e do “efeito demonstração” de suas lutas por direitos dentro das penitenciárias, os assaltantes de bancos, igualmente enquadrados na Lei de Segurança Nacional, criaram, por volta de 1979, uma organização a que chamaram “Falange Vermelha”, com o objetivo de diminuir a violência na solução de conflitos dentro dos presídios, aumentar a solidariedade entre os presos e reivindicar direitos na prisão – como fizeram os presos políticos. A anistia política, decretada naquele ano, não os beneficiava e pela primeira vez assaltantes e presos comuns passaram a utilizar-se de argumentos políticos e econômicos para neutralizar suas práticas criminais e, inclusive, justificar sua tentativa de formar uma organização (Coelho, 1988; Coelho, 1992).

De uma organização interna aos presídios, a “falange vermelha” passou a estender suas redes aos criminosos que continuavam a atuar em liberdade na cidade. As dissensões entre os presos comuns deram origem a outros coletivos, “falange do Jacaré”, “falange Zona Sul”, etc. Com base na compra de “mercadorias políticas” (proteção, liberdade mediante fugas, armas reservadas às forças armadas), muitos desses assaltantes deixaram, entre 1981 e 1986, os presídios e aumentaram suas ações armadas na cidade, transitando agora do roubo a bancos e carros-forte (cada vez mais arriscado) ao tráfico de drogas (cuja repressão era ainda menor). O custo das mercadorias políticas e sua proliferação em vários níveis do aparelho de estado aumentava por um lado a exigência de maior lucratividade nos negócios ilegais e diminuía por outro as barreiras repressivas e morais que poderiam ter estancado esse processo. A chegada da cocaína mais barata, no início dos anos 80, consolida a transição para o tráfico a varejo com base nas favelas, morros, conjuntos habitacionais de baixa renda e bairros da periferia da cidade.

Em meados dos anos 80 o tráfico a varejo já se encontrava organizado em duas grandes redes na cidade, uma originária da falange vermelha, a que a imprensa nomeou de “Comando Vermelho” e outra, imediatamente posterior e baseada na falange do Jacaré, que

foi denominada de “Terceiro Comando”. A estrutura dessas redes reproduzia a estrutura das falanges e continuava a ter sua principal base de articulação nos presídios. Ex-assaltantes de bancos, relativamente capitalizados, articulavam-se com antigos “donos” de bocas-de-fumo nas favelas ou invadiam as áreas que se negavam a se articular com eles. Nessa primeira fase, tentava-se oligopolizar o varejo de drogas na cidade, com base nas favelas e, muitas vezes, com apoio em um discurso proto-político (principalmente no caso dos líderes do chamado “Comando Vermelho”) de “revolta contra a miséria” e “apoio justiceiro às populações pobres”. Um dos principais intermediários do atacado², um ex-contrabandista ligado à cúpula do jogo do bicho e a agentes policiais fornecedores de mercadorias políticas, era um dos que conheciam a rota das partidas internacionais vindas do Paraguai e da Bolívia (Amorim, 1995). Outros que também a conheciam (e aos contatos principais) eram ex-agentes policiais que investigavam, no passado recente, a rota de contrabando de veículos roubados no Brasil e vendidos naqueles países. Além desses, o fornecimento às favelas podia ser segmentado em pequenos intermediários, que garantiam a regularidade da oferta com base na compra de mercadorias políticas nas fronteiras aduaneiras. O capital inicialmente empregado para a compra, no atacado, eram veículos roubados no Brasil e, posteriormente, vendidos no Paraguai. A entrada de capital adiantado por empresários brasileiros de médio e grande porte, inicialmente restrita à rota internacional da cocaína, alarga-se para os intermediários do varejo das grandes cidades do Centro-Sul e do Nordeste.

A prisão dos principais líderes do Comando Vermelho e do Terceiro Comando, em meados dos anos 80, a deslealdade de subordinados ambiciosos e a concorrência de “donos independentes” desestrutura, no nascedouro, o que poderia vir a ser uma poderosa organização oligopólica do varejo na cidade. A segmentação das redes e o aumento da violência aprofunda-se nos anos seguintes com a crescente entrada de jovens traficantes (alguns dos quais adolescentes) e a formação de pequenas redes concorrentes (“Comando Vermelho Jovem”, “Amigos dos Amigos”, etc). Alguns “donos” conseguiram, mesmo presos, manter o controle de suas áreas através de parentes ou amigos leais associados.

² Trata-se de “Toninho Turco”, cuja “fortaleza” foi estourada pela polícia durante a chamada Operação Mosaico, em 1987. Sobre essa operação, ver Amorim, 1995.

Mas, no geral, o Comando Vermelho (e o Terceiro Comando) voltaram à condição de uma rede de proteção intra-penitenciária, como foram no início de sua formação (Misse, 1998). O mercado atualmente está bastante segmentado, embora as pequenas redes continuem a se nomear como pertencendo a este ou aquele “Comando”, emulando uma identidade difusa de proteção preventiva.

A estruturação local do varejo e sua juvenilização

A estrutura dos grupos locais do varejo sempre foi baseada no sistema de “consignação de vendas”, a partir do “dono” ou do “gerente geral” (Misse, 1997). A mercadoria é adiantada para os subgerentes e o processo continua até os vendedores diretos, os “vapores”. O movimento de retorno do pagamento é baseado na noção de “dívida” e deve ser feito, impreterivelmente, dentro de um prazo mínimo. O não-pagamento é interpretado como “banho” (logro, furto ou falha) e o devedor na primeira reincidência é morto num ritual público de crueldade. O sistema de consignação articula-se, assim, a uma estrutura de “patrão/cliente” e a uma hierarquia mortal de “credor/devedor”. A violência é a garantia de todas as transações (Zaluar, 1995). Do mesmo modo, a estrutura das redes (que vinculam grupos locais de diferentes áreas) é baseada nos “donos” ou “gerentes gerais”. São eles que controlam, através de gerentes locais, grupos de várias áreas, ou que mantêm relação de sociedade ou de clientela com os “donos” de outras áreas. Áreas com pequeno movimento podem se ligar a áreas mais fortes através do mesmo sistema de consignação que funciona internamente aos grupos. Ou várias áreas podem “pertencer” a um mesmo “dono”, que controla o fornecimento regular das mercadorias e armas (Souza, 1996).

Essa estrutura não foi montada rapidamente, mas resultou de um longo processo de complexificação das antigas “bocas de fumo”, primeiramente com o aumento da demanda de maconha, depois com o crescimento da oferta da cocaína, com o aumento da lucratividade e de seu poder de atração de mão-de-obra e com o conseqüente aumento da repressão (e da extorsão) policial. Ainda no início dos anos 60, as principais bocas de fumo da cidade (como no Morro da Providência), já possuíam gerentes (então chamados “lugares-tenentes”), “soldados” (então chamados “pistoleiros”) e pequenos vendedores

diretos (já chamados de “vapores”). A chamada “endolação” (processo de trabalho de separar e embalar a mercadorias em pequenas quantidades para o varejo) já era assim chamada em meados dos anos 60 e resultou do nome “dólar”, tradicionalmente dado à quantidade pequena e estandarizada da maconha embalada (Misse, 1999).

A estrutura dos grupos locais, quando esses não resultam de invasão externa, quase sempre é baseada em relações de parentesco, compadrio ou amizade antiga. A necessidade de constituir relações de confiança entre os partícipes de um mercado não-regulado e ilegal encontrou no parentesco próximo e nas relações de comunidade a sua forma social mais adequada. Mas ela não se estende a todo o grupo local; tende a se manter apenas nas posições de direção e gerenciamento. Numa das áreas em que pesquisei essa estrutura local, encontrei uma articulação geracional de parentes que remonta aos anos 60 e que mantêm, ainda hoje, controle sobre a área, mesmo contra as tentativas de invasão. A relação com a população local é, na maioria dos casos, de dominação não-legítima, mas segue, em geral, algumas características que podem ser reunidas em quatro padrões: 1) mandonismo: a população local se divide no apoio ao “dono”, geralmente herdeiro familiar do negócio e líder conhecido de todos e reconhecido por uma parte significativa da comunidade; 2) dominação não-legítima com pretensão de legitimidade local: é o caso em que o “dono” e os gerentes são nascidos e criados na comunidade, pertencem a famílias locais, respeitam os moradores e tendem a protegê-los contra criminosos externos. Geralmente investem em melhoramentos no local, influem politicamente e ajudam os mais necessitados, mas não obtêm o apoio sequer da metade da população local; 3) tiranía centralizada: dominação não-legítima, sem pretensão de legitimidade local, impõe-se um único dono pelo medo e se isola da comunidade local, mas mantêm contatos através de subordinados nascidos e criados no local. Nasce geralmente de invasão e o dono é estranho à comunidade; 4) tiranía segmentada: vários donos estranhos à comunidade disputam o território pela imposição do medo e pela guerra permanente entre si, sem qualquer interesse pelos moradores.

No Rio de Janeiro, a tendência que acompanhou o aumento da repressão ao tráfico e a concorrência belicosa dos vários grupos e redes pode ser caracterizada por uma transição do mandonismo ou da dominação não-legítima com pretensão de legitimidade para a tiranía centralizada e a tiranía segmentada em quase todas as áreas. Apenas nas áreas que resistiram às invasões ainda prevalece uma forma atenuada de dominação não-legítima com

pretensões de legitimidade. Os dois primeiros tipos de dominação eram operados por agentes situados principalmente na faixa etária entre 26 e 35 anos enquanto os dois últimos tipos tendem a ser operados por agentes mais jovens, situados principalmente na faixa dos 18 aos 25 anos. As sucessivas prisões dos traficantes mais velhos e experientes abriu caminho para essa transição entre os tipos de dominação e para a juvenilização do *movimento* a partir de 1986-87. A generalização da extorsão policial e da compra de mercadorias políticas contribuiu para a reprodução ampliada das redes e para a generalização do emprego da violência na resolução de conflitos.

A sobreposição de mercados ilícitos e a acumulação social da violência

Uma mapa sucinto e esquemático de todo esse processo não poderia deixar de considerar, portanto, a importância da sobreposição de dois diferentes mercados ilícitos para a compreensão da especificidade histórica que o *movimento* alcançou no Rio de Janeiro. O primeiro mercado, transaciona mercadorias criminalizadas de produção privada, principalmente drogas, ou resultantes de apropriação ilícita – bens furtados ou roubados. O segundo mercado *parasita* o primeiro oferecendo-lhe, sob a forma de mercadorias, bens públicos de monopólio estatal – proteção, livramento da prisão, armas reservadas a agências do Estado, documentos públicos, etc – operando uma economia da corrupção de agentes do Estado, principalmente policiais, de alto a baixo da hierarquia e, em alguns casos, configurando uma rede de tipo mafioso. Um esquema semelhante ao que ocorreu com o jogo do bicho contamina segmentos do aparelho de Estado e oferece proteção seja ao mercado atacadista seja ao varejista, com base nas informações obtidas durante as investigações ou através de contatos diretos com os principais agentes do primeiro mercado.

O uso da violência ou de sua ameaça como meio de impor a demanda de mercadorias políticas confunde-se, assim, com as ações de repressão legal ao tráfico, abrindo caminho para operações policiais de “double bind”: repressão policial ao tráfico e imposição da demanda de mercadorias políticas. A histórica desconfiança em relação à polícia, existente no Rio desde o século passado e reproduzida ampliadamente na longa experiência dos mercados ilícitos tradicionais (jogo do bicho e outros jogos de azar,

prostituição, contrabando, camelôs, etc – sob os signos da “vadiagem” e da “malandragem”), alcança um novo patamar na história do *movimento*, porque também envolvendo as populações das comunidades urbanas de baixa renda, postas sob a continuada pressão desse tipo de operações policiais. Não são poucas as áreas e os moradores que temem mais a polícia que os traficantes locais, como não são desprezíveis os depoimentos de líderes comunitários que equacionam o aumento da violência em suas áreas com as operações policiais lá realizadas. Por outro lado, o “efeito demonstração” dessas operações sobre os jovens de cada comunidade atingida produz um discurso neutralizador da atração econômica e orgiástica que a relativamente alta lucratividade do varejo exerce sobre esses jovens. A lógica da violência e da extorsão como imposição do desejo e dos interesses contamina toda a atividade: é o que chamam de “olho grande”. A desconfiança nas transações intra-grupo e inter-redes generaliza-se. Donos e gerentes são levados cada vez mais a demonstrarem seu poder pela violência e pela crueldade punitivas: “o bicho vai pegar”.

O aumento da repressão ao tráfico, a queda da arrecadação numa área e a perda regular de uma parcela significativa dos lucros para a compra de mercadorias políticas faz com que alguns donos e gerentes transitem constantemente de volta aos assaltos organizados ou ao seqüestro de pequenos e médios empresários. Além disso, permitem – contra pagamento de parte do botim – que jovens soldados do tráfico utilizem-se das armas e munições do “paiol” para seus pequenos e generalizados assaltos ao comércio, a residências e a pessoas. Assaltos a veículos também são feitos para transportar soldados ou drogas de uma área a outra (os chamados “bondes do mal”) e a espiral da violência amplifica-se dentro e fora das redes do *movimento*, com as ações de grupos de extermínio e com as vinganças punitivas de policiais fraudados em seu comércio de mercadorias políticas. Além disso, a resolução de conflitos que envolvem mulheres, sexo ou partilha de botins, por meio de armas poderosas ou através de rituais de crueldade, atinge uma dimensão inédita, contribuindo para a demonstração de força e poder necessária à preservação da posição no movimento ou fora dele. Generaliza-se, a partir dos territórios controlados pelos traficantes, uma “sociabilidade violenta” (Machado da Silva, 1997), caracterizada pela desconfiança em todas as transações, por um novo tipo de

individualismo que desconhece a alteridade ou a despreza e por uma “lógica de guerra” atomizada, segmentada e sem qualquer projeto que não seja o de continuar vivo.

Referências Bibliográficas

Amorim, C. (1995) – *Comando Vermelho. A história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro, Record (5ª. edição).

Coelho, E. (1988) – “Da falange vermelha a Escadinha: o poder nas prisões”. Rio de Janeiro, Presença. Política e Cultura, n. 11, 106-114.

Coelho, M. P. (1992) – “Crime organizado e pobreza: uma nova associação”, in Polícia Militar, Estado e Sociedade: os desafios da modernidade. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

Machado da Silva, L.A. (1997) – “Criminalidade violenta e ordem pública: nota metodológica”. Trabalho apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Sociologia.

Misse, M. (1997) – “As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio”. Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, 93:116.

Misse, M. (1998) – “O final da cadeia. Interpretações sobre a violência no Rio”, in Guilherme Castelo Branco e Luis Felipe Baeta Neves (orgs.), *Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência*. Rio de Janeiro e Londrina, Editora Nau e UEL.

Misse, M. (1999) – *Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ [Tese de Doutorado em Sociologia].

Souza, M.L. (1996) – “Redes e sistemas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro: uma tentativa de modelagem”, Rio de Janeiro, Anuário do Instituto de Geociências, v. 19, 45:60.

Velho, G. (1975) – *Nobres e Anjos. Um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro, Museu Nacional [Tese de Doutorado em Antropologia – Universidade de São Paulo].

Zaluar, A. (1995) – *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.